

**POLITÉCNICO DE LISBOA**  
**ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO**

**Conselho de Representantes**

**Reunião Plenária**

**Ata n.º 11**

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, reuniu, por videoconferência, o Conselho de Representantes com um único ponto de trabalho:

**1. Votação do texto da proposta de revisão dos Estatutos da ESELx.**

Estiveram presentes os/as conselheiros/as constantes na lista anexa (Anexo 1).

O presidente informou da ausência do conselheiro Miguel Falcão.

**1. Votação do texto da proposta de revisão dos Estatutos da ESELx.**

Antes de se passar à votação prevista, alguns conselheiros pediram a palavra.

Laurence Vohlgemuth disse que a sua intenção era a de votar em branco, pois, embora tenha discordado em vários pontos do articulado, um deles é mesmo fraturante: o da obrigatoriedade de os professores coordenadores ocuparem certos cargos, achando que a ocupação deve ser feita tendo em conta a adequação do perfil para tal. Mais disse que este afunilamento irá prejudicar a progressão de carreira dos docentes adjuntos, resultando também numa falta de motivação para estes; a exigência dos professores coordenadores para uns cargos e não para outros não fará muito sentido, devendo o critério ser igual; e, pelo facto de que o número de professores coordenadores não ser suficiente para tantos cargos.

Nuno Ferreira afirmou que este processo de revisão irá culminar na reunião de hoje, tendo feito uma recapitulação de todo o processo.

Tiago Almeida referiu também a questão do número de professores coordenadores para a quantidade de cargos, e que poderia, talvez, haver uma revisão em alguns pontos, antes do início da consulta pública.

Nuno Ferreira, na qualidade de presidente deste órgão, afirmou que não poderá prolongar mais o processo e que, na eventualidade deste documento não ser aprovado, o processo de revisão cessaria, pelo menos durante a sua presidência.

Teresa Pereira pediu a confirmação de que o documento irá a consulta pública e que após esta haverá nova reunião de conselho de representantes para apreciação dos resultados da consulta pública.

Cristina Cruz colocou a mesma questão, dizendo que o processo ainda terá mais dois passos após a votação de hoje.

Nuno Ferreira assentiu neste facto, mas lembrou que não é suposto que contributos para alteração de artigos que já foram votados nas reuniões do Conselho de Representantes, chegados durante período de consulta pública, voltem a ser postos à votação.

Margarida Rodrigues mencionou que as votações relacionadas com a ocupação de cargos exclusivamente por professores coordenadores foram feitas ao longo das reuniões, e os seus resultados foram expressivos, podendo ser consultados em atas, e que esta votação sobre o documento final deve expressar o que foi todo o processo democrático.

Nuno Ferreira saudou a forma democrática como este conselho discutiu os artigos dos estatutos e os contributos chegados ao conselho.

O documento na sua globalidade foi posto à votação, tendo sido aprovado com 13 votos a favor e um voto em branco.

Nuno Ferreira remeteu para a próxima fase, referindo que primeiro seria melhor colocar o texto da proposta em consulta pública antes de ser enviado para os serviços jurídicos do IPL, de modo a não existir várias leituras em simultâneo.

Margarida Rodrigues considerou que talvez fosse melhor enviar para os serviços jurídicos do IPL, pois podem existir algumas alterações significativas, ou então acontecer o processo em simultâneo como referido na última reunião por Bianor Valente.

Bianor Valente referiu ter sugerido ser um processo em paralelo, de modo a tentar reduzir o tempo do processo e por não ter havido acompanhamento legal ao longo das reuniões. Sugeriu que, quando o documento for a consulta pública, seja ressalvado que o mesmo não tem apreciação jurídica até ao momento.

Jaden Gomes apoiou a sugestão final da Bianor e sugeriu que fosse dada resposta a todos os que deram sugestões.

Nuno Ferreira disse que o órgão é autónomo e toma decisões sobre as sugestões e propostas e que as respostas a todos seria complicado.

Joana Campos mencionou que as atas servem para essa resposta, onde é explícito todo o processo em relação à apreciação das sugestões dadas ao longo do processo.

Nuno Ferreira referiu preferir que houvesse uma consulta pública primeiro, de 15 dias, com a nota de não estar revisto pelos serviços jurídicos, e depois o documento passaria para os serviços jurídicos do IPL.

Jaden Gomes subscreve a proposta.

Bianor Valente retirou a proposta de ser em simultâneo.

Nuno Ferreira comprometeu-se a agilizar o processo de uma revisão linguística com o domínio de línguas e depois colocar o documento em consulta pública, durante 15 dias. Mais disse que se finalizará este procedimento com o envio da versão final para os serviços jurídicos do IPL.

No final da reunião, foi lido o memorando da mesma, tendo sido aprovado com 13 votos a favor.

Escola Superior de Educação de Lisboa

26 de abril de 2024

O Presidente do Conselho de Representantes,



A secretária da reunião,  
Susana Torres